

**Assunto:** Convite para apresentação de proposta

De harmonia com a alínea g) do n.º 1 e n.º 4, do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos

Ajuste direto n.º 37/2022

**“Aquisição de serviços de auditor externo, para certificação legal de contas para os anos de 2022, 2023 e 2024 e outros”**

Exmos. Senhores,

O Município da Nazaré, adiante designado por MN, pessoa coletiva pública, com o NIPC 507 012 100, com sede na Avenida Vieira Guimarães, n.º 54, 2450-112 Nazaré, com o telefone n.º 262 550 010, fax n.º 262 550 019, por Despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, de 03/06/2022, pretende proceder, ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do artigo 20.º do Código de Contratos Públicos, à adjudicação de proposta, por ajuste direto em função do valor, para aquisição de serviços (**Aquisição de serviços de auditor externo, para certificação legal de contas para os anos de 2022, 2023 e 2024 e outros**), a qual será executada, nos termos do Caderno de Encargos que acompanha o presente procedimento.

Para o efeito, convida-se a vossa empresa a apresentar proposta, obedecendo o procedimento adjudicatório aos termos e condições indicados em seguida:

## **1. Condições de apresentação da Proposta**

1.1. A proposta deve ser entregue até às 23H59 do próximo dia 07/06/2022 e deverá ser entregue diretamente, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP, no endereço eletrónico [sac@cm-nazare.pt](mailto:sac@cm-nazare.pt), devendo fazer constar no campo de assunto **“Ajuste Direto n.º 37/2022 – (“Aquisição de serviços de auditor externo, para certificação legal de contas para os anos de 2022, 2023 e 2024 e outros”)**

1.2. A despesa inerente ao presente procedimento foi autorizada com base na proposta de cabimento n.º 797.

1.3. A proposta, ou documento, entregue, ou recebida, após a data e hora fixadas em 1.1, não será tida em consideração.

1.4. Todos os documentos enviados para o endereço indicado no ponto 1.1, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

1.5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter juntamente com a proposta um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

1.6. O interessado pode solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, devendo tais pedidos ser solicitados por escrito, ao cuidado do Setor de Aprovisionamento e Contratação, para o endereço indicado no ponto 1.1, nos termos do n.º 1 do artigo 50.º do CCP.

1.7. A emissão de esclarecimentos das peças do procedimento e a prorrogação do prazo para apresentação de proposta serão decididas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.

## **2. Documentos que instruem as propostas**

2.1. O concorrente deve instruir a proposta com os seguintes documentos:

- a) Declaração de acordo com o modelo constante do Anexo I do presente convite, do qual faz parte integrante;
- b) Declaração do preço contratual, de acordo com o modelo constante do Anexo II ao presente convite, do qual faz parte integrante;
- c) Certidão Permanente ou Código de Acesso (no caso de empresa), ou Certidão de Início de Atividade (no caso pessoa em nome individual)

2.2. A declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, referida na alínea a) do ponto 2.1, deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP.

2.3. Na declaração de preço contratual, referida na alínea b) do ponto 2.1., o Proponente deve cumprir o disposto no artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos.

2.4. Sem prejuízo do acima exposto, integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Proponente apresente por os considerarem indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

2.5. Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o Proponente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada, mas acompanhada de declaração do Proponente, nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

## **3. Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação pelo Proponente de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do CCP.

## **4. Prazo de validade**

A proposta considera-se válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 66 dias contados desde a data do termo do prazo fixado para a respetiva apresentação.

## 5. Tramitação

No presente procedimento não há lugar à constituição de júri, às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, podendo, porém, o proponente ser convidado a melhorar a sua proposta, nos termos do n.º 2 do artigo 125.º do CCP.

## 6. Decisão de adjudicação

6.1. A decisão final do procedimento é notificada ao proponente, juntamente com os respetivos fundamentos.

6.2. Notificado da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve:

- a) Apresentar, no prazo de 5 dias úteis, os documentos de habilitação exigidos no CCP e no presente Convite;
- b) Confirmar, no prazo de 5 dias úteis, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

## 7. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

7.1. No prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, o adjudicatário deve apresentar:

- a) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo III do presente Convite.

7.2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação, que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, a entidade adjudicante concederá o prazo de três dias úteis para a sua supressão.

## 8. Prestação de Caução

Não é exigível a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

## 9. Formalização do contrato

9.1. A minuta do contrato a celebrar deverá ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação.

9.2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos dois dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

9.3. Serão admissíveis reclamações contra a minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que serviram de base ao concurso.

9.4. Em caso de reclamação, o órgão competente que aprovou a minuta do contrato comunicará ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

## **10. Encargos dos Proponentes e do Adjudicatário**

10.1. São encargos do Proponente as despesas inerentes à elaboração da proposta.

10.2. São ainda da conta do Proponente adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, sem prejuízo do disposto no Caderno de Encargos.

## **11. Legislação aplicável**

Em tudo o que o presente programa de concurso for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara Municipal

## **Anexos:**

- Modelo de Declaração de Aceitação do Caderno de Encargos (Anexo I);
- Modelo de indicação do preço contratual (Anexo II);
- Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP (Anexo III);

**ANEXO I****Modelo de Declaração de Aceitação do Caderno de Encargos**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura <sup>(4)</sup>].

(1). Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2). No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3). Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4). Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

## **ANEXO II**

### **Modelo de Declaração de Preço Contratual**

... (indicar designação social), com sede em ....., pessoa coletiva n.º ....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ....., com o capital social de ....., obriga-se a prestar os serviços de/ fornecer os bens ....., nas condições previstas no Caderno de Encargos, pelo preço contratual de ..... Euros (..... euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

.... (local), ... (data), ...

... [assinatura]

## **ANEXO III**

### **Modelo de Declaração**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de  
<sup>(1)</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup>

não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(3)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(4)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura <sup>(5)</sup>].

(1). Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3). Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4). No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5). Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º